REQUERIMENTO N°

, DE 2021

(Do Sr. Tiago Mitraud)

Requer a redistribuição do PL nº 5.717 de 2019 à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) para que se manifeste quanto ao mérito e à Comissão de Finanças e Tributação (CFT) para que se manifeste quanto à compatibilidade e adequação orçamentária.

Senhor Presidente,

Nos termos dos arts 141 c/c arts. 139, inciso II, alínea "a" e 32, inciso X, alínea "h", e inciso XVIII, alíneas "c" e "p" do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a redistribuição do Projeto de Lei nº 5.717 de 2019, que "Altera a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 - Plano Nacional de Educação e a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007 - Fundeb, com o objetivo de assegurar a contratação definitiva pelos entes de pelo menos 90% dos professores", para que sejam incluídas a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) - para que se manifeste quanto ao mérito - e a Comissão de Finanças e Tributação (CFT) - para que se manifeste quanto à compatibilidade e adequação orçamentária da referida proposição.

JUSTIFICATIVA

Consideramos que o Projeto de Lei pode impor aos administradores públicos de todo o país restrições na política de contratação de profissionais da educação, assegurando a contratação definitiva pelos entes de pelo menos 90% dos professores, produzindo mais rigidez no serviço público e eventualmente comprometendo políticas de incentivo ao desempenho conduzida nos estados e municípios. Além disso, a previsão de um índice fixo, a despeito da realidade concreta, pode levar a situações em que não será possível suprir uma necessidade emergencial, pois a contratação de um temporário reduzirá o percentual abaixo do valor engessado previsto em legislação federal. Por essa razão, solicitamos que seja dada à CTASP a oportunidade para dispor sobre o referido Projeto de Lei, uma vez que trata de "assuntos pertinentes à organização [...] do trabalho", bem como de "matérias relativas ao serviço público da administração federal direta e indireta, inclusive fundacional".





Da mesma forma, consideramos que o mesmo Projeto de Lei apresenta potencial de geração de custos para a administração pública, ao restringir a flexibilidade que estados e municípios hoje possuem para optar por um regime de contratação eventualmente mais econômico. Diante do exposto, solicito a revisão do despacho inicial e a redistribuição do PL 5.717 de 2019 à Comissão de Finanças e Tributação (CFT), para que essa possa analisar e se manifestar quanto à compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do referido projeto, uma vez que cabe a ela analisar "aspectos financeiros orçamentários públicos de quaisquer proposições que importem aumento ou diminuição da receita ou da despesa pública".

Sala das Sessões, em de novembro de 2021.

Tiago Mitraud

Deputado Federal (NOVO/MG)



